

Volume  
XVII

2º SEMESTRE DE 2019

ISSN 2237-3586

## As diversas vozes no discurso midiático: uma análise crítico-discursiva das fontes jornalísticas

Cibelia Renata da Silva PIRES<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo, baseado nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH 2001, 2003) e na teoria dos atores sociais (VAN LEEUWEN 1996, 1997, 2008), busca demonstrar como o uso de determinadas fontes jornalísticas foram utilizadas como estratégia de legitimação do discurso midiático. Utilizamos como *corpus* duas reportagens da revista *Veja* sobre o governo do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez. O resultado nos mostra que a revista não apenas fez uso de determinadas fontes como também utilizou de estratégias linguísticas de representação para legitimar seu próprio discurso contrário ao ex-presidente.

**Palavras-chave:** Análise Crítica do Discurso. Hugo Chávez. Fontes jornalísticas. Dialogismo. Atores sociais.

### Abstract

*This article, based on the theoretical-methodological assumptions of the critical discourse analysis (FAIRCLOUGH 2001, 2003) and on the theory of social actors (VAN LEEUWEN 1996, 1997, 2008), seeks to demonstrate how the use of certain journalistic sources was used as a strategy to legitimize the media discourse. We used as corpus two articles of *Veja* magazine on the government of former Venezuelan president Hugo Chávez. The result shows that the magazine not only made use of certain sources but also used linguistic strategies of representation to legitimize its own discourse against the former president.*

---

<sup>1</sup> Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Cep: 05508-900, São Paulo (SP). E-mail: [cibeli.pires@gmail.com](mailto:cibeli.pires@gmail.com)/  
[cibelia@usp.br](mailto:cibelia@usp.br)

**Keywords:** *Critical discourse analysis. Hugo Chávez. Journalistic sources. Dialogism. Social actors.*

### **Dialogismo: as diversas vozes no discurso**

A perspectiva interacional da linguagem, proposta por Bakhtin (2011, p. 302), concebe a linguagem como dialógica, ou seja, todo enunciado é uma resposta a um já dito sobre o mesmo tema, e com o que lhe suceder na corrente ininterrupta de comunicação verbal. Portanto, um enunciado sempre responde a enunciados precedentes e antecipa enunciados posteriores, formando uma sequência em cadeia<sup>2</sup>:

Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio etc. (BAKHTIN, 2010, p. 128)

O conceito de dialogismo, proposto por Bakhtin, tem sido frequentemente utilizado para se referir à inserção de outras vozes no texto (ou discurso), seja por citação, paráfrase, alusão etc. Esse processo de interação verbal, em que se articulam várias vozes, é importante para a compreensão da linguagem como espaço de luta hegemônica.

Nesse espaço, Bakhtin (2010, p. 36) afirma que a palavra é o ‘signo ideológico’ por excelência. Produto da interação social, ela se transforma em arena onde se desenvolve uma luta de vozes situadas em diferentes posições.

[...] a linguagem se constitui em importante palco de intervenção política, onde se manifestam as injustiças sociais pelas quais passa a comunidade em diferentes momentos da sua história e onde são travadas constantes lutas. A consciência crítica começa quando se dá conta do fato de que é intervindo na linguagem que se faz valer suas reivindicações e suas aspirações políticas (RAJAGOPALAN, 2003, p. 125)

Por englobar diversas tendências e vozes sociais, um discurso nem sempre apresenta as relações dialógicas de forma conciliatória. Antes, por representarem

---

<sup>2</sup> Segundo Bakhtin (2011, p. 300): “[...] o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas.”

interesses divergentes, os enunciados podem apresentar relações dialógicas polêmicas e divergentes, favorecendo um espaço de contradição.

A relação contratual com um enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo fazem-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais. Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição (FIORIN, 2008, p. 25).

Nós só apreendemos o mundo ao nosso redor através da linguagem. Sendo esta portadora de vários discursos e, portanto, dialógica, podemos dizer que qualquer objeto ou fato do mundo interior ou exterior apresenta-se para nós sempre perpassado por ideias gerais e filtrado por pontos de vista e apreciações dos outros (FIORIN, 2008, p. 19). Desse modo, ao proferirmos um discurso, não estamos simplesmente enunciando um dado da realidade em si, mas estamos avaliando, categorizando e dialogando com outros discursos.

Todo discurso tem uma aparência de ser monológico porque ora há um apagamento das vozes discordantes que intervêm no discurso pelo seu caráter social e histórico, ora há uma harmonia das diferentes vozes, o que dá o efeito de uma unidade textual e o predomínio de uma única voz.

Para nós, não há discursos constitutivamente monológicos, mas discursos que se ‘fingem’ monológicos na medida em que reconhecemos que toda palavra é dialógica, que todo discurso tem dentro dele outro discurso, que tudo que é dito é um ‘já-dito’ (BRANDAO, 2004, p. 85)

Como todos os outros discursos, o jornalístico também não foge à regra e, portanto, está carregado por diversas vozes também. Podemos dizer que essa dimensão dialógica é responsável por uma heterogeneidade discursiva que pode se manifestar nos textos através da citação literal ou discurso direto, também chamado por Maingueneau (1997, p. 75) de ‘heterogeneidade mostrada’ ou ‘heterogeneidade manifesta’, ou também através de citações indiretas, alusões e referências.

Cada veículo de comunicação tem sua maneira particular de exposição dos fatos, no entanto, a recorrência às fontes não é somente um fenômeno comum a todos os textos jornalísticos, como se tornou a ‘essência do trabalho de reportagem’, sendo a origem das informações. Além disso, as fontes trazem maior veracidade aos textos e

uma aparente isenção no momento em que a mídia decide fazer um tipo específico de enquadramento, definindo assim a orientação que a narrativa do veículo seguirá (MESQUITA, 2008, p. 33).

É comum, em torno de qualquer acontecimento, a existência de conflitos e divergências entre os envolvidos e, por esta razão, o veículo de comunicação busca dar voz a todos os participantes, muitas vezes privilegiando alguns em detrimento de outros. De qualquer modo, essa postura do veículo garante uma aparência de equilíbrio e isenção ao reportar suas informações. Sendo assim,

Conhecer como se organiza a rede de fontes de um meio de comunicação jornalístico dá a conhecer sobre seus parâmetros políticos, econômicos, sociais e culturais, assim como sobre os critérios de noticiabilidade por que se rege. Qualquer pessoa pode ser fonte, ser entrevistada e fornecer informações, mas ser cultivada enquanto fonte significa que há uma conversão de interesses entre o profissional do campo jornalístico e o promotor da informação, e esta relação baseia-se na confiança e nos interesses de troca (MAZZARINO, 2007, p. 57).

O acesso às mídias não é tão fácil de se conseguir. Pertence a elas o domínio real da escolha dos atores participantes e como serão representados. Ela põe em cena personalidades, cujas palavras servem de respaldo ao ponto de vista do próprio veículo de comunicação, e que não colocarão em xeque as regras e convenções do poder político.

Normalmente, o poder das fontes na produção do texto jornalístico é negligenciado. É importante observar a maneira como cada veículo faz uso dos discursos provenientes das fontes para adicionar informações, corroborar ou contrapor argumentos às teses defendidas nos textos jornalísticos, assim como verificar quem são as pessoas escolhidas para ocupar uma posição de destaque, quais foram relegadas ao esquecimento na produção das matérias e qual o espaço dado a elas em cada veículo de comunicação.

O estudo das vozes permite compreender o diálogo entre os diferentes discursos que constituem o texto e entre os sujeitos que se confrontam nesse espaço interlocutivo. É por meio das formas marcadas e não marcadas de dialogismo que percebemos a posição e os pontos de vista do enunciador do discurso atual, o grau de distância ou de adesão aos discursos dos enunciadores citados ou mencionados, e os lugares ocupados por eles (CUNHA, 2010, p. 179).

Segundo Lage (2014, p. 63-68), as fontes utilizadas no texto jornalístico classificam-se em grupos: a) oficiais, oficiosas e independentes; b) primárias e secundárias e c) testemunhais e *experts*.

As fontes oficiais são aquelas mantidas pelo Estado, ou por instituições que preservam algum poder de Estado. Já as fontes oficiosas são aquelas que, embora estejam ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão diretamente autorizadas a falar em nome de quem as representa. Mesmo assim, ainda podem divulgar informações preciosas sem que precisem revelar suas identidades, sendo protegidas pelo anonimato. Por fim, as fontes chamadas independentes são aquelas que se encontram desvinculadas de qualquer relação de poder ou interesse específico.

No segundo grupo de classificação de Lage (2014, pp. 65-66) estão as fontes primárias e secundárias. Nas primeiras, os jornalistas, na construção de suas matérias, fornecem fatos, versões e números e consultam pessoas diretamente veiculadas ao assunto ou acontecimento. Por outro lado, as fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou para a construção de premissas genéricas. Nesse caso, são consultadas pessoas que, embora tenham conhecimento sobre o assunto, não estão diretamente ligadas a ele.

No último grupo, temos o que Lage (2014, pp. 66-68) classificou como testemunhas e *experts*. O testemunho, frequentemente modificado pela perspectiva de quem conta, é feito com base na pessoa que presenciou um determinado acontecimento. Normalmente envolvido pela emotividade e modificado pela sua perspectiva, os relatos podem mudar de acordo com os processos de identificação das vítimas.

Por fim, temos também como fontes de diversos meios de comunicação os chamados *experts* ou especialistas em um determinado tema. São professores, médicos, economistas, advogados etc. que, muitas vezes, são chamados para corroborar o ponto de vista de determinado meio de comunicação. Segundo Charaudeau (2009, p. 193-194), os especialistas:

[...] são considerados representantes do saber, pronunciando-se fora do campo do poder, sem restrições, sem nenhuma pressão, qualquer que seja. Na realidade, estes não agem com total independência. Ora estão ligados ao poder porque foram chamados ou nomeados por um governo-logo, mesmo



que tenham sido designados por seu espírito de independência, estão ligados ao aparelho do Estado. Ora estão ligados às mídias pelo fato de que, solicitados a pronunciar-se, sabem que devem falar de uma determinada maneira e, ao mesmo tempo, exhibir-se como ‘bom especialista’.

Neste artigo, focalizamos a nossa análise apenas nos chamados *experts* ou especialistas por entendermos que estes sustentariam um posicionamento de maior isenção, principalmente dentro de uma reportagem.

### **A reportagem como gênero jornalístico**

Cada indivíduo, dentro de sua competência linguística, é capaz de identificar e produzir diversas formas de interação social por meio da linguagem: uma carta, um artigo de jornal, uma bula de remédio, uma reportagem etc. A essas diferentes formas de enunciar, compreendendo e respeitando os critérios e propriedades específicas de cada situação, dá-se o nome de gênero.

A preocupação com os gêneros jornalísticos surgiu da necessidade em descrever as peculiaridades da mensagem (informação) relacionada à análise das relações socioculturais e político-econômicas (instituição jornalística, Estado, corporações mercantis, movimentos sociais etc) que permeiam a atividade jornalística. Diante das atividades envolvendo difusão da informação, fez-se necessária a distinção entre as modalidades de relato dos acontecimentos.

Em relação à classificação dos gêneros no âmbito específico do jornalismo brasileiro, Marques de Melo (2013, p. 65) tomou como referência a classificação feita por Beltrão, que foi o único pesquisador brasileiro, na área jornalística, a se preocupar com uma taxonomia, relacionando-a com a prática profissional. Desse modo, Marques de Melo divide os gêneros em duas categorias: a) jornalismo informativo, dentro do qual estão a Nota, a Notícia, a Reportagem e a Entrevista; b) jornalismo opinativo, que engloba o Editorial, o Comentário, o Artigo, a Resenha, a Coluna, a Crônica, a Caricatura e a Carta. Ainda de acordo com o autor, o jornalismo interpretativo, considerado por muitos teóricos do jornalismo como uma categoria à parte, encontra-se dentro do chamado jornalismo informativo.

Assim como a notícia, a reportagem é um gênero discursivo associado à atividade jornalística, supostamente apresenta conteúdo factual que busca correspondência com o real. Com linguagem equilibrada entre o nível formal e o informal, a reportagem tem por objetivo fornecer informações mais aprofundadas sobre determinado tópico.

Alguns autores, como Lage (1979) e Marques de Melo (2003), classificam a reportagem como um gênero jornalístico de cunho informativo. Segundo o Manual de Redação da Folha de S.Paulo (2001, p. 24)

Reportagem tem por objetivo transmitir ao leitor, de maneira ágil, informações novas, objetivas (que possam ser constatadas por terceiros) e precisas sobre os fatos, personagens, ideias e produtos relevantes. Para tanto, elas se valem de ganchos oriundos da realidade, acrescidos de uma hipótese de trabalho e de investigação jornalística.

### **A objetividade jornalística**

A reportagem jornalística aborda fenômenos sociais ou políticos, procurando explicá-lo. Supostamente, esse tipo de gênero discursivo deve adotar um ponto de vista distanciado e global, operando através de um critério de imparcialidade. Por esse motivo, lança mão de diversas formas de investigação, propõe pontos de vista diferentes (ou mesmo contrários), além de se abster de um engajamento explícito, ou seja, espera-se que o autor da reportagem, ao elaborar a matéria, não a influencie com seu engajamento. Antes, procure tratar toda e qualquer informação com um distanciamento, ainda que seja conveniente propor um questionamento sobre o fenômeno abordado. No entanto, conforme afirma Charaudeau (2009, p. 222), evitar colocar o ponto de vista em um texto desta natureza é ‘impossível’, uma vez que toda construção de sentido depende de um ponto de vista particular e “todo procedimento de análise implica tomada de posição”.

A objetividade, tão procurada pelos jornalistas, é utilizada como estratégia de construção do discurso para produzir, através do aparente distanciamento do jornalista, um efeito de realidade que confere maior credibilidade ao discurso. Todavia, conforme demonstra Hernandes (2006, p. 30):



A primeira ingenuidade que a análise dos noticiários elimina é a de que a ideologia se encontra apenas na parte dos editoriais. A segunda é a possibilidade de um jornalismo 'isento'. [...] A objetividade é um dos recursos jornalísticos para se tentar 'apagar' o modo pelo qual a realidade foi filtrada a partir do sistema de valores do jornal que, como empresa ou parte de um conglomerado de informação, não quer se revelar como ator social atuante interessado nos aspectos sociopolíticos e nas consequências do que noticia.

Segundo Pignatari (2010, p. 33), a neutralidade na narrativa é difícil de ser alcançada, uma vez que a linguagem humana é sempre passível de subjetividade. Segundo a autora,

ao narrarmos, damos nossa versão dos fatos e criamos uma atmosfera persuasiva pela simples escolha das palavras, pela estrutura das frases etc. O narrador faz um recorte dos fatos, selecionando os elementos de acordo com o ponto de vista que pretende demonstrar ao interlocutor.

Pena (2013, p. 50) afirma que é um erro definir o conceito de objetividade em oposição à subjetividade que, segundo ele, é inevitável. Portanto, a objetividade não seria a negação da subjetividade presente na narrativa dos fatos, mas consiste em um método que assegure o rigor científico ao reportá-los:

A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiosincrasias. E como estas não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. Vamos criar uma metodologia de trabalho.

Marques de Melo (2013, p. 73) também recusa a ideia de objetividade jornalística como sinônimo de neutralidade, imparcialidade e ausência de subjetividade, pois acredita na função dos meios de comunicação como aparatos ideológicos, cujo objetivo seja influenciar pessoas.

### **O governo do ex-presidente Hugo Chávez e sua representação na mídia**

Desde que venceu as eleições em 1998, na Venezuela, até a sua morte, o presidente Hugo Chávez Frías ocupou com frequência as páginas de jornais e revistas não só na Venezuela como também no Brasil. Considerado hoje o país com a maior

reserva de petróleo do mundo<sup>3</sup>, a Venezuela, país localizado na América do Sul, tem sido alvo de interesses estrangeiros que buscam novas fontes de exploração desse recurso cada vez mais escasso.

A ascensão de Hugo Chávez à presidência fez com que a Venezuela entrasse em um processo de profundas transformações sociais, econômicas e políticas. Com base no que ele chamou de socialismo do século XXI, o governo bolivariano ganhou projeção internacional devido às diversas mudanças que operou na política interna, bem como por ter mantido uma nova postura na política externa, que se caracterizou pelo não alinhamento com os EUA.

Chávez aderiu aos projetos de integração regional (UNASUL, ALBA e MERCOSUL) como alternativa ao alinhamento estadunidense, implementou reformas de caráter nacional-desenvolvimentista, afastou-se do modelo econômico liberal e, com as rendas provenientes do aumento do preço do petróleo, investiu em projetos sociais, além de criar uma área de influência própria na América Latina (MARINGONI, 2009).

O afastamento do modelo econômico liberal, a contínua contestação em relação à liderança global norte-americana e o discurso de caráter nacionalista abriram caminho para a intensa rivalidade entre a Venezuela e os EUA. Esse antagonismo se manteve presente durante todo o mandato de Hugo Chávez e continuou mesmo após sua morte.

Não demorou muito para que o ex-presidente Hugo Chávez enfrentasse uma oposição dentro de seu próprio território. A partir desse momento, todos os setores, que se sentiam prejudicados com o modo como Hugo Chávez vinha conduzindo a política de seu país, uniram-se em diversas ações para tentar destituí-lo do poder. Logo nos primeiros anos de seu governo, grande parte dos meios de comunicação internacionais travou uma luta contra a sua imagem e seu governo. Seu discurso anti-imperialista, com ênfase nacionalista, não era visto com bons olhos pela elite econômica local, pelos EUA

---

<sup>3</sup> Segundo o relatório anual da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opec), a Venezuela ultrapassou a Arábia Saudita em volume de reservas de petróleo cru. Com 296,5 bilhões de barris em seu solo, a Venezuela torna-se o número um no ranking dos países com maiores reservas de petróleo, posto ocupado tradicionalmente pela Arábia Saudita, que caiu para o segundo lugar, com 264,5 bilhões de barris. Fonte: [http://www.opec.org/opec\\_web/en/data\\_graphs/330.htm](http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm). Acessado em maio de 2016. O economista e diretor executivo da Câmara de Comércio e indústria Brasil-Venezuela, Severo (2012, p.115), com base no relatório da OPEP divulgado em 2011, afirma: “[...] a Venezuela chegou ao fim de 2010 com uma reserva comprovada de mais de 250 bilhões de barris, superando a Arábia Saudita: as reservas venezuelanas triplicaram nos últimos cinco anos e alcançaram quase 20% do total mundial.”

e pelos grandes veículos de comunicação, principalmente por ter sido uma região marcada por ditaduras militares (MARINGONI, 2004).

Em 2002, os empresários, a elite econômica do país e o alto escalão do exército venezuelano, com apoio do governo norte-americano e da mídia venezuelana, destituíram Hugo Chavez Frías da presidência da Venezuela, por meio de um golpe de Estado, elegendo o dirigente empresarial Pedro Carmona como presidente interino (ROVAI, 2007). Reconduzido ao poder em apenas 24 horas depois do golpe orquestrado contra ele, Chávez governou o país até 2013 quando morreu em decorrência de um câncer.

Reeleito cinco vezes em um país onde o voto não é obrigatório, Chávez construiu uma trajetória política específica que o diferenciou dos demais líderes latino-americanos. Com seu discurso contrário às políticas neoliberais propostas por Washington, além de uma aproximação com a figura de Fidel Castro, gerou posicionamentos a favor e contra seu governo dentro do seu próprio país.

Os sucessivos acontecimentos ocorridos durante o governo do ex-presidente Hugo Chávez, na Venezuela, têm incentivado a produção de um número significativo de estudos em diversas áreas (Ciência Política, Sociologia e estudos da mídia). Seguindo diferentes linhas teóricas, os pesquisadores de diversas áreas do conhecimento buscaram compreender qual o papel da mídia ao promover a circulação de conhecimento sobre a política empreendida na Venezuela por Hugo Chávez, os motivos pelos quais ela faz uma representação negativa do ex-presidente, bem como os mecanismos de que se utiliza para cumprir o seu objetivo.

### **A Análise Crítica do discurso e as categorias de Van Leeuwen**

Esta pesquisa tem como base os pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD), especificamente o enfoque feito pelo linguista Norman Fairclough (2003, 2001). A ACD propõe um arcabouço teórico-metodológico para a explicação crítica de questões ligadas à relação de poder e dominação no plano sociodiscursivo. Como instrumental teórico para a análise das práticas discursivas, a ACD busca deslindar a relação dialética entre linguagem e sociedade, observando como o discurso pode sofrer intervenções dos elementos históricos, ideológicos e culturais. Ao analisar o

discurso como prática social que reflete as relações de poder, a ACD não só denuncia os diversos conflitos sociais e, por consequência, as práticas de dominação neles envolvidos, como também explora e propõe projetos de mudança social, a fim de ampliar a participação democrática e contribuir para uma emancipação social.

A relação assimétrica entre os meios de comunicação e a sociedade pode ser entendida como um problema social, tendo em vista que essa relação sustenta uma associação assimétrica de poder entre aqueles que detêm o espaço para veicular suas ideias e, portanto, o poder de fala, e aqueles que apenas têm acesso a essas publicações e discursos. Segundo Giannotti (2004, p. 167), “[...] para *Veja* e toda mídia que defende a mesma classe que ela, a função da mídia é impedir qualquer mudança nos rumos da sociedade. Seu objetivo é manter, conservar, proteger, defender sua classe.”

Um dos objetivos da ACD é verificar a função do discurso no interior de problemas sociais contextualmente situados, ocupando-se com os efeitos ideológicos produzidos por meio de textos (discursos) nas relações sociais. Para Fairclough (2003, p. 8), textos podem conduzir a mudanças em nosso conhecimento, nossas crenças, atitudes e valores. Tendo em vista que a relação entre mídia e sociedade ocorre por meio de textos (discursos), podemos enfatizar a natureza social dessa relação e promover, por meio dessas mesmas práticas discursivas, as mudanças sociais necessárias.

Além de utilizar os princípios teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2001, 2003), que compreende o discurso como uma prática efetivamente social, utilizaremos também, dentro dessa perspectiva, as categorias de Van Leeuwen (2008, 1997, 1996) para representação de atores sociais, a fim de demonstrar como os chamados “especialistas” são representados no discurso da revista *Veja*.

Van Leeuwen (1997), com sua teoria da representação social no discurso, foi o responsável por relacionar as pesquisas sobre a representação dos atores sociais com a Linguística e fornecer subsídios para identificar no discurso verbal as estratégias linguísticas utilizadas para categorizarmos pessoas e suas práticas sociais. Através de suas categorias sócio-semânticas, podemos observar não apenas como os atores sociais são representados no discurso, como também o funcionamento dos processos de inclusão e exclusão desses atores no fluxo discursivo.

O trabalho de Van Leeuwen (1997) é considerado uma contribuição para os estudos em ACD, uma vez que essa teoria é capaz de revelar significados não tão evidentes que dizem respeito ao modo como os atores sociais podem ser representados no discurso. O autor procura mapear como as práticas sociais se transformam em discursos acerca delas mesmas, trazendo à tona questões ligadas ao poder, à ideologia e à hegemonia já abordados pela ACD.

Neste artigo, para proceder à análise dessas representações sociais, utilizaremos o inventário sociossemântico de Van Leeuwen (1996, 1997, 2008), especificamente as subcategorias “nomeação” e “categorização”, que se encontram dentro da categoria superior chamada “determinação”.

### **Indeterminação x Determinação**

Os atores sociais, quando personalizados, podem ainda ser representados de modo indeterminado, ou seja, como indivíduos ou grupos não especificados e anônimos. Realizada através de pronomes indefinidos (alguém, algum, algumas pessoas) e usado em função nominal, a indeterminação torna o ator social como alguém cuja identidade é irrelevante para o leitor. Por outro lado, a *indeterminação* também pode ser realizada por uma referência externa colocada de forma generalizada e, neste caso, o ator social ganha um tipo de autoridade impessoal, uma onisciência, uma poderosa força coercitiva (VAN LEEUWEN, 2008, p 39-40).

Quando os atores sociais são representados de forma determinada, eles têm a identidade especificada de alguma forma. A determinação pode ser realizada através das subcategorias *Nomeação* e *Categorização*, podendo esta última ser desdobrada nas subcategorias de *Funcionalização* e *Identificação* (VAN LEEUWEN, 1996, p. 51-53).

A *Nomeação*<sup>4</sup> realiza-se por meio de nomes próprios e pode ser formal (apenas sobrenome, com ou sem honoríficos), semiformal (nome próprio e sobrenome) ou

---

<sup>4</sup> Rajagopalan (2003, p. 82), citando o evento de 11 de setembro e a caracterização feita de Osama Bin Laden, demonstra como a mídia “imprime certas interpretações pelo simples ato de designação de determinados acontecimentos, dos responsáveis por tais acontecimentos, dos atos específicos praticados pelos lados em situações de conflito”. Para ele, o fenômeno da nomeação é um ato eminentemente político, que a mídia utiliza para influenciar a opinião pública a favor ou contra pessoas e situações noticiados.



informal (apenas o nome próprio). São representados em termos de sua identidade única. Tanto nas reportagens quanto em narrativas, é destinado aos personagens sem nome apenas os papéis passageiros e funcionais, o que leva o leitor a não criar nenhum ponto de identificação com eles (VAN LEEUWEN, 1997, p. 200). De acordo com Van Leeuwen (2008, p. 41), a ausência de nomeação é tão significativa quanto a sua presença. Como exemplo de nomeação semiformal temos: “O principal organizador das greves gerais, o presidente da Fedecâmaras, **Pedro Carmona**, de 61 anos, assumiu a presidência no lugar de **Hugo Chávez** e prometeu convocar eleições em menos de um ano.”<sup>5</sup>

A *Categorização* ocorre quando os atores sociais são representados em termos de identidades e funções que partilham com os outros. Ela se subdivide em *Identificação* e *funcionalização*. Na *Identificação*, os atores sociais são representados em termos do que são, de forma permanente ou não, e não do que fazem. Há quatro tipos de identificação: *identificação física*, *identificação relacional*, *classificação* e *avaliação*. A *identificação física* é a que representa os atores sociais em termos de características físicas (loiro, alto, ruivo, magro etc.) e proporciona uma identidade única na ausência, temporária ou permanente, de nomeação. Já a *identificação relacional* representa os atores pessoais em termos de relação pessoal, de parentesco ou trabalho que têm entre si, realizando-se através de substantivos (amigo, tia, colega etc.), que podem ser possessivizados. Por fim, em relação à *classificação*, os atores sociais podem ser representados por meio de categorias capazes de diferenciar classes de pessoas, de acordo com cada sociedade ou instituição, variando histórica e culturalmente. Em nossa sociedade, classificamos por meio de idade, sexo, raça, etnicidade, religião, orientação sexual etc. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 202-206).

No caso da avaliação, Van Leeuwen (2008, p. 45) afirma que ela é utilizada para se referir aos atores sociais quando estes são representados por termos que atribuem valores como, por exemplo, bom ou mau, amado ou odiado, e assim por diante. Este tipo de representação ocorre também através de nomes que denotem avaliação como ‘querida’, ‘desgraçado’ etc.

---

<sup>5</sup> Fonte: O Falastrão caiu, *Veja*, ed. 1747 de 17/04/2002



A *Funcionalização* ocorre quando a referência é feita em termos daquilo que os atores fazem (funções ou ocupações) e das atividades que praticam. Pode ser realizado através de: I) um substantivo formado a partir de um verbo (ex. entrevistador, correspondente, gestor etc); II) um substantivo formado a partir de outro substantivo, que se refere a um local ou instrumento diretamente associados a uma atividade, por exemplo: pianista (VAN LEEUWEN, 1996, p. 54).

### **A representação social dos especialistas nas reportagens “O Falastrão caiu” e “O clone do totalitarismo”**

Conforme já foi abordado anteriormente neste artigo, os especialistas são agentes sociais detentores de um conhecimento científico e/ou tecnológico específico em determinada área, tendo, portanto, uma “autorização” para se pronunciar sobre um tema. Este discurso especializado e institucionalmente reconhecido, apesar de querer se mostrar desvinculado do poder hegemônico, configura-se como um eficaz e poderoso elemento ideológico não só para justificar, mas também ocultar todo e qualquer exercício de poder.

A reportagem “O falastrão caiu” retrata o momento em que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, foi destituído de seu cargo, após um movimento encabeçado pela elite econômica do país, pelo alto comando das Forças Armadas e com o amplo apoio das principais emissoras de TV do país. O texto traz um suposto panorama dos principais motivos que levaram à queda de Hugo Chávez, bem como procura retratar uma situação posterior. Nesta reportagem, foram selecionados pela revista três especialistas para dar seu ponto de vista em relação ao evento, no entanto, nenhum deles apresentou ponto de vista favorável ao governo Chávez.

Na reportagem “O clone do totalitarismo”, a revista *Veja* denuncia o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, por oferecer um suposto apoio político e financiamento a grupos radicais de países vizinhos, formação de uma milícia civil, além de utilizar o dinheiro do petróleo venezuelano para patrocinar o regime de Fidel Castro em Cuba. Segundo o discurso da revista, todas essas ações estão associadas a uma grande concentração de poder e a um emergente processo de expansão de área de influência por todo o continente latino-americano, o que constitui uma ameaça à

estabilidade da América Latina. Nesta reportagem, foram consultados quatro especialistas, nenhum deles com posicionamento favorável a Chávez.

No *corpus* aqui analisado, todos os atores sociais que compõem este grupo de “especialistas” foram representados por meio da categoria “determinação”. Neste caso, o processo de nomeação + categorização colabora para que estes atores possuam um alto grau de identificação. Dentre os especialistas, muitos são representados por meio da nomeação semiformal (nome+ sobrenome) e da funcionalização seguida pelo local onde trabalham.

(01) “Houve uma crescente repulsa pelo estilo autoritário e marxista do presidente. Tanto a sociedade quanto o Exército achavam que Chávez foi longe demais e não o respeitavam”, afirma o **cientista político Carlos Romero, da Universidade Central da Venezuela** (O Falastrão caiu, *Veja*, ed. 1747 de 17/04/2002)

Em alguns casos, a funcionalização e/ou o local em que os especialistas exercem suas funções estão vinculados a uma valoração positiva. Nos trechos selecionados a seguir, os termos “respeitado especialista”, “o mais respeitado do país” e “respeitada revista americana” são avaliações feitas pela revista que se referem a aspectos positivos do ator social (especialista), o que confere não apenas credibilidade ao que é proferido como também poder ao ator social que tem sua fala representada:

(02) “Tomara que a queda de Chávez represente uma vacina contra os salvadores da pátria da região”, disse a *Veja* Andrés Oppenheimer, colunista do jornal americano *Miami Herald* e **respeitado especialista** em América Latina (O Falastrão caiu, *Veja*, ed. 1747 de 17/04/2002)

(03) “O país estava à venda, os empresários precisavam urgentemente de parceiros estrangeiros para se tornar competitivos. E o que aconteceu? Ninguém queria colocar o seu dinheiro nas terras de Chávez”, disse a *Veja* o editor da **respeitada revista americana** *Foreign Policy*, o venezuelano Moisés Naim (O Falastrão caiu, *Veja*, ed. 1747 de 17/04/2002).

(04) “Chávez tem um objetivo claro: quer se tornar o grande líder de massas da América Latina”, disse a *Veja* o historiador venezuelano Manuel Caballero, **o mais respeitado do país** (O clone do totalitarismo, *Veja*, ed. 1903 de 04/05/2005).

Segundo Chauí (2014, p. 113), os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos são “autorizados” pela sociedade a falar por todos aqueles que não possuem um determinado saber reconhecido institucionalmente.

No corpus analisado, verificamos que a revista *Veja* fez uso de fontes jornalísticas, que desfrutam de uma respeitabilidade e poder perante a sociedade, para tecer um raciocínio contrário a Chávez e, assim, comprovar que ele, além de ser um péssimo governante, representa um perigo para a democracia.

### Considerações finais

Nas duas reportagens que constituem o *corpus* deste artigo, identificamos 07 fontes que foram consultadas pela revista *Veja*. Todas as fontes citadas estão inseridas em contextos de acusação ao ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, sendo 06 identificadas pelo discurso direto.

A utilização dessas fontes tornou-se uma estratégia para realizar as críticas mais áspers a Chávez, pois abordam apenas aspectos negativos de seu governo. Por isso, Mesquita (2008), em sua pesquisa sobre o “Dossiê das Sanguessugas”<sup>6</sup> afirma que ao ler uma reportagem ou qualquer outro texto midiático é necessário levantar duas questões: “Quem são as fontes escolhidas e quais suas orientações (nome, orientação político-partidária)?”, e “Em quais contextos as citações dessas fontes foram inseridas?”

No caso da revista *Veja*, podemos perceber que a escolha de cada fonte, bem como de cada citação, foi utilizada em um contexto de crítica ao governo de Chávez. Em nenhum momento, o discurso da revista possibilitou o espaço para a circulação de visões alternativas e/ou contestadoras, ou seja, não foram apresentadas análises, opiniões e expressões de dissenso, assim como não há um único episódio em que o veículo assumia o mesmo lugar de fala do governo nem mesmo dando abertura a fontes governamentais.

Examinando o *corpus* selecionado para esta análise, todos os especialistas foram representados através da nomeação (semiformal), da categorização e alguns, até mesmo, por valoração positiva. Isso indica o destaque e a importância que a revista pretendia

---

<sup>6</sup> Escândalo que envolvia os partidos do PT e PSDB, ocorrido em 2006, durante o primeiro turno das eleições presidenciais.

atribuir a cada um deles. No entanto, não encontramos nenhum especialista que fizesse uma análise favorável ao governo de Chávez. Todos eles se posicionaram contrários a Chávez por meio do uso de discurso direto, ou tiveram suas análises inseridas em contextos que prejudicavam a imagem do ex-presidente. Nesse grupo, há uma exclusão ou apagamento de qualquer ator social com conhecimento técnico-científico que possa avaliar, de forma positiva, qualquer aspecto do governo de Chávez. Podemos então observar, através da escolha de fontes pela revista *Veja*, que há um controle seletivo de informações a serem divulgadas, além de um esvaziamento e interdição de ideias antagônicas.

A revista procura ‘explicar’ as coisas do mundo para seus leitores e, para isso, recorre, frequentemente, ao ‘conhecimento legitimado’ por meio das vozes consideradas autorizadas (professores, pesquisadores, especialistas etc.), conforme já foi observado ao longo do texto. É desse lugar legitimador de fala por excelência que a revista retira sua credibilidade para construir uma representação negativa de Chávez.

Ao consultar várias fontes, a revista procura passar ao público uma imagem de veículo imparcial, pluralista e democrático, no entanto, uma análise mais minuciosa de suas reportagens nos leva a perceber certas tendências político-ideológicas que chegam a comprometer o caráter pluralista do próprio universo jornalístico.

O fato de não haver uma fonte pró-Chávez já é um indicador para caracterizar o sistema informativo da revista *Veja* como parcial, e não apenaspositor e crítico ao seu governo. A maneira como o veículo de informação seleciona suas fontes jornalísticas extrapola os limites de uma simples leitura informativa e passa a contribuir para a formação de uma opinião pública desfavorável ao governo venezuelano.

### Referências bibliográficas

ALVAREZ, R. **Opep ajuda explicar ação golpista dos EUA na Venezuela.**

11/03/2014. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br>. Acesso em 06/06/2016.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**

[trad. Paulo Bezerra]. 6ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011, PP 261-306.

- BAKHTIN, M. [VOLOCHÍNOV]. **Marxismo e Filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem** (trad. Michel Lahud & Yara F. Vieira). 14ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.
- BRANDÃO, H.N. **Introdução à análise do discurso**, 2ª Ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004.
- CHAUÍ, M. A ideologia da competência. In: \_\_\_\_\_ **A ideologia da competência**. Vol. 3. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2014, pp. 53-58.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias** (trad. Ângela S.M. Corrêa). São Paulo: Contexto, 2009.
- CUNHA, D.A.C. da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A.(orgs). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, pp. 179-193.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.
- FIORIN, J.L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.
- GIANNOTTI, V. **Muralhas da linguagem**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- HERNANDES, N. **A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**. São Paulo: Contexto, 2006.
- LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevistas e pesquisa jornalística**. 11ª Ed. Rio de Janeiro/RJ: Record, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis/RJ: editora Vozes, 1979.



MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. (trad. De Freda Indursky). 3ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MANUAL DE REDAÇÃO; Folha de S. Paulo, 7ª. Edição. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARINGONI, G. **A revolução venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. *A Venezuela que se inventa*: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chavez. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª Ed. Campos de Jordão/SP: Matiqueira, 2003.

MAZZARINO, J.M. O agendamento na perspectiva das fontes do campo jornalístico: observando fazeres do movimento socioambiental. **Revista Fronteiras-estudos midiáticos**. UNISINOS/RS, Vol. IX, N<sup>o</sup>1, Jan/Abril 2007, pp 53-63. Disponível em [revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5841/3025](http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5841/3025). Acessado em 15/08/2016).

MESQUITA, F. A. **As fontes jornalísticas no Caso Dossê - uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, Isto É e Carta Capital**. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Estadual Paulista (UNESP): Bauru/SP, 2008.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PIGNATARI, N. **Como escrever textos dissertativos**. São Paulo: Ática, 2010.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.



ROVAI, R. **Midiático poder**: o caso Venezuela e a guerrilha informativa. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

SEVERO, Luciano W. **Desdobramentos da entrada da Venezuela no Mercosul**. Revista Orbis Latina , vol 2, N0 1, janeiro-dezembro de 2012, p. 112-115. Disponível em: [https://issuu.com/revistaorbislatinaorbislatina/docs/revista\\_orbis\\_latina\\_v2](https://issuu.com/revistaorbislatinaorbislatina/docs/revista_orbis_latina_v2). Acesso em: 21/08/2016.

VAN LEUWEEN, T. **Discourse and practice**. News tools for Critical Discourse Analysis. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. **A representação dos atores sociais**. In: PEDRO, E.R. (org.) Análise crítica do discurso: uma perspective sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, pg. 169-222.

\_\_\_\_\_. The representation of social actors In: Caldas-Coulthard, C.; Coulthard, M (Orgs) **Texts and Practices**: readings in critical discourse analysis. London; New York: Routledge, 1996, p 32-70.